

Reforma trabalhista vai a plenário em junho

O ministro Henrique Meirelles aposta que votação ocorre este mês no Senado Federal

FERNANDO EICHENBERG
O GLOBO

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, aposta em uma votação da reforma trabalhista ainda em junho, mas disse que um eventual atraso de alguns meses não perturbará os planos do governo: "Existe uma possibilidade boa de haver uma votação ainda este mês, que é a expectativa. Agora, a questão da reforma trabalhista é a mesma da Previdência, não é uma mudança para ter um efeito emergencial nos próximos meses, mas uma medida de longo prazo. Não há dúvidas de que for aprovada em junho, melhor. Se for aprovada na primeira quinzena de julho antes do recesso, bom. Agora, se por alguma razão vote em agosto, do ponto de vista da produtividade do país não serão 15 dias ou 20 dias, um mês, que vão fazer uma diferença em algo que está aí há décadas e que vai prevalecer durante também um longo tempo".

Meirelles considera que o relatório já foi suficientemente negociado e que não deverá sofrer novas alterações: "Tenho mantido contato direto com o secretário da Presidência, que está acompanhando isso no dia a dia, e a princípio não estamos pensando em mudança a esta altura. Mas, evidentemente, vou chegar no Brasil no fim de semana e vamos olhar isso. Mas a nossa expectativa é que o projeto vai seguir como está".

Henrique Meirelles, descartou que a medida provisória 784, que endurece a fiscalização e sanções que poderão ser adotadas pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em caso de fraudes e cria o acordo de leniência para instituições financeiras, tenha sido editada agora como um tipo de retaliação à empresa JBS, na esteira das delações dos irmãos Joesley e Wesley Batista: "Não estou no Brasil, não

particpei deste processo nestes dias de edição da medida provisória. Estas medidas já estão em discussão há muito tempo, há anos, e estava já amadurecendo este processo. Eu não estava lá participando da edição, da assinatura da medida, mas me parece que teve seu curso normal. Agora, evidentemente, hoje em dia tudo é lido de uma forma particular".

Meirelles informou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) não efetuará a devolução de recursos, na forma de pré-pagamento que já havia sido acertado, ao Tesouro Nacional, como ocorreu no ano passado: "Quando foi combinada a devolução ao pré-pagamento que fizemos de R\$ 100 bilhões no ano passado pelo BNDES ao Tesouro, isso foi resultado de uma previsão de fluxo de caixa onde se previa não só a existência daquele recurso no momento, mas que os recursos que se acumulariam mais ou menos até essa época, atingindo um pico onde está hoje, pouco acima de R\$ 150 bilhões. Se não tivesse feito aquele pré-pagamento, estaríamos em R\$ 250 bilhões. Isso foi feito. Agora, nós já prevíamos, e de fato está acontecendo, que a economia está retomando o crescimento", argumentou.



HENRIQUE MEIRELLES assinalou que, se a reforma trabalhista for votada em agosto, não afetará a produtividade do país

“A economia contraiu 8% durante dois anos”

Neste e novo contexto, a expectativa é de que haja uma retomada ainda mais forte do investimento, acrescentou: "A economia contraiu 8% durante estes dois anos, mas o investimento caiu 30%. Então a recuperação do investimento deve ser mais forte do que a própria atividade econômica, o que é normal. A presença do BNDES é fundamental, e para isso deve ter recursos disponíveis para o processo de retomada". Na opinião do ministro, a ex-presi-

dente do BNDES Maria Silvia Bastos Marques fez um bom trabalho de reformulação dos critérios de crédito do banco, deixando-o preparado para retomar o processo de financiamento e voltar a crescer. "Acho que no momento de retomada não era a hora de retirada de recursos do banco de desenvolvimento que financia investimento de longo prazo", concluiu.

Em reuniões bilaterais e com investidores estrangeiros, o minist-

ro admitiu a preocupação de seus interlocutores com as incertezas políticas no Brasil, mas disse que conseguiu tranquilizá-los em relação à estabilidade econômica do país. Meirelles disse que em encontros em Paris descreveu as negociações que com as bancadas da base na Câmara e no Senado, em reuniões que duraram até sete horas, procurando mostrar que as reformas não são feitas no improviso, mas em um trabalho a longo prazo", completou.

PSB organiza manifestação contra governo em Salvador

HENRIQUE BRINCO
REPORTER

O PSB está convocando por meio de vídeos postados nas redes sociais a população para um ato pelas "Diretas Já" a ser realizado em Salvador no próximo domingo, às 14h, no Farol da Barra. Participam da convocação a senadora Lídice da Mata, os deputados Bebeto Galvão (federal) e Angelo Almeida e Fabíola Mansur (estaduais), o vereador Silvio Humberto e as principais lideranças da legenda na Bahia, como o ex-deputado Domingos Leonelli.

"O Brasil enfrenta uma de suas mais graves crises políticas. O governo que aí está não tem mais condições de estar governando o Brasil e impondo ao povo brasileiro uma agenda de reforma trabalhista e da previdência que recai a crise sobre o ombro do trabalhador brasileiro", disse Lídice, presidente estadual do

partido. "Precisamos da participação de todos para dar uma saída para crise. Não podemos deixar que essa Câmara de Deputados escolha o próximo presidente do Brasil. Só o povo, através das Diretas Já, pode constituir um novo pacto para governar a nação. Vamos às ruas, vamos à luta, vamos participar", completa a senadora.

O presidente municipal do PSB em Salvador, Waldemar Oliveira, afirmou que a eleição indireta não vai resolver o imbróglio institucional que o Brasil está enfrentando com a crise no Palácio do Planalto. "O Brasil está enfrentando uma séria crise institucional, que não pode ser resolvida com um simples remendo através das eleições indiretas. Nós precisamos convocar o povo, colocar o povo para tomar em suas mãos o destino do país. E o que resolve isso é a eleição direta".

Segundo o partido, a manifes-

tação em defesa da saída do presidente e de eleições diretas contará com a presença de entidades de movimentos sociais e com a apresentação de diversos artistas, como a banda Baiana System, maestro Carlos Prazeres, além de Larissa Luz, Nova Era, Banda Levante, Márcia Castro, entre outros. "Estamos em uma emergência política, em uma área de terra arrasada. Uma área em que só a soberania popular pode devolver ao país um mínimo de confiança para voltar a investir", declarou Leonelli. O deputado Bebeto Galvão disse que o impeachment da ex-presidente Dilma foi uma "interrupção da democracia brasileira". "O Governo, que tinha o objetivo de estancar as investigações sobre os atos do PMDB, agora foi colhido com as revelações patrocinadas pela JBS, que indicam que o presidente foi pego com o bato na cueca".



LÍDICE da Mata destacou as reformas e as denúncias contra Temer como bandeiras do protesto

Câmara de Salvador aprova projeto que altera Código Tributário Municipal

HENRIQUE BRINCO
REPORTER

O Projeto de Lei nº 264/17, de autoria do Executivo, que altera o Código Tributário e de Rendas do município, e o Projeto de Lei nº 113/17, de autoria da Mesa Diretora, que incorpora no quadro do Legislativo Municipal servidores que já atuaram na Casa por longo período e retornaram ao Executivo, foram aprovados pela Câmara Municipal de Salvador (CMS), em sessão ordinária ontem. No projeto que altera o Código Tributário, a matéria foi aprovada com a abstenção de sete vereadores da bancada de oposição. O objetivo do projeto é tornar facultativa a execução fiscal de débitos tributários de pequeno valor, o que, segundo justificativa do prefeito ACM Neto (DEM) representa "a grande maioria dos débitos inscritos na Dívida Ativa do Município". "É uma autorização para que o prefeito possa acionar os devedores numa faixa de dívida chamada de Pequenos Devedores. Em função do baixo valor, entendia-se que era melhor não cobrar. Então o que nós fizemos hoje foi exatamente autorizar a prefeitura a cobrar essas dívidas, entendendo que essas dívidas somadas poderão garantir uma receita que garantirá ao município realizar ações", explicou o vereador Henrique Carballal (PV), líder do governo, à Tribuna. Com a nova

redação, a Procuradoria poderá autorizar ou não o ajuizamento de execuções fiscais de débitos tributários de valores consolidados iguais ou inferiores a R\$ 1 mil, através de autorizações individualizadas. Os vereadores da oposição criticaram a prefeitura por enviar sucessivas alterações ao Código Tributário.

"Nós entendemos que, mais uma vez, a forma utilizada para a votação de um projeto desse tipo foi feita de uma forma errada. Por se tratar de uma matéria tributária, precisava de um quórum qualificado de dois terços dos vereadores lá. E não foi cumprido o que estabelece a lei orgânica do município, que estabelece duas discussões em qualquer projeto do executivo", jus-

tificou José Trindade (PSL), líder da oposição.

Carballal classificou a atitude da oposição como "estranha". "Nós aprovamos no Colégio de Líderes a votação desse projeto em um calendário para o dia 14. O projeto foi votado hoje em acordo com a bancada de oposição, que teria afirmado através do senhor José Trindade que votaria, inclusive, a favor do projeto. Fizemos um acordo de votar hoje. Poderíamos votar porque tínhamos números suficientes. Não teríamos dificuldades", afirmou. "Para mim foi uma imensa surpresa. Eu, como líder da bancada do prefeito, estou aberto ao diálogo e cumprimos acordo. Estou agora sem entender", completou.

Foto: Reginaldo Ipê



MATÉRIA foi aprovada com a abstenção de sete vereadores da bancada de oposição

Oposição contesta termos de acordo para votar

Já Trindade afirma que o acordo era apenas para votar. "Estávamos acordado apenas para votar hoje. Isso é diferente de votar projeto favorável ao que pensa o governo. Não sou obrigado a votar no governo. Até isso eles interpretam errado. [...] Eles tinham a obrigação de levar os dois terços. Disse lá em Plenário que eles confundiram as coisas", rebateu. O presidente da Câmara, vere-

ador Leo Prates (DEM), explicou na sessão que a votação seria por maioria simples, que a convocação da sessão ordinária matutina foi publicada no Diário Oficial e sua realização é prevista no Regimento Interno. Sobre a votação dos projetos, afirmou que "seria estranho se fosse uma decisão monocrática, mas a pauta foi decidida em comum acordo em reunião do Colégio de

Líderes". Já o projeto de lei que incorpora no quadro da Câmara os servidores que já atuaram na Casa por longo período e retornaram ao Executivo, a regularização foi determinada por decisão judicial. Agora, os servidores retornam à CMS com o cargo de Assistente Legislativo. Os servidores acompanharam a votação e comemoraram a aprovação que foi por unanimidade.